



ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE LGBTI+ NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA: EXPERIÊNCIA DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM PROFISSIONAIS ATUANTE NA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

WARNING INTEGRAL HEALTH LGBTI+ IN THE CONTEXT OF BASIC ATTENTION: AWARENESS OF EXPERIENCE AND HEALTH EDUCATION PROFESSIONALS WITH ACTING IN FAMILY HEALTH TEAM

ATENCIÓN INTEGRAL EN SALUD LGBTI+ EN EL CONTEXTO DE LA ATENCIÓN BÁSICA: EXPERIENCIA DE CONCIENCIACIÓN Y EDUCACIÓN EN SALUD CON PROFESIONALES ACTIVOS EN EL EQUIPO DE SALUD FAMILIAR-19

Náila Neves de Jesus ¹
Lucas Caires Santos ²
Kueyla de Andrade Bittencourt ³
Manoella Alves Carneiro Chagas ⁴
Almirela Pereira Oliveira ⁵
Adriano Maia dos Santos ⁶

Manuscrito recebido em: 15 de dezembro de 2020

Aprovado em: 26 de dezembro de 2020

Publicado em: 31 de dezembro de 2020

Palavras-chave: Estratégia Saúde da Família; Pessoas LGBTQIA+; Educação continuada; Saúde.

Keywords: Family Health Strategy; LGBTQIA+ people; Continuing education; Health.

Palabras clave: Estrategia de salud de la familia; Personas LGBTQIA+; Educación continua;

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Farmacêutica.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3370-0639>

E-mail: naila.neves@yahoo.com.br

² Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Psicólogo.

E-mail: lscaires.lucas@gmail.com

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente na Universidade Federal da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0921-3099>

E-mail: kueyla@yahoo.com.br

⁴ Residente em Saúde da Família pelo Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira. Enfermeira.

E-mail: manu-acc@hotmail.com

⁵ Especialista em Qualidade e Segurança no Cuidado ao Paciente pelo Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa. Enfermeira.

E-mail: almirela12@hotmail.com

⁶ Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz. Docente na Universidade Federal da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9718-1562>

E-mail: maiaufba@ufba.br



Salud.

Introdução

As discussões sobre a saúde da população LGBTI+ datam da década de 80 a partir do estopim da epidemia do HIV/AIDS, contudo, com o passar dos anos foi reconhecida a complexidade da saúde dessa população, muito além do risco em contrair infecções sexualmente transmissíveis. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT)¹ foi instituída no ano de 2011 com base nas diretrizes do Programa Brasil Sem Homofobia, sendo o resultado de uma articulação entre organizações da sociedade civil com instâncias de governo. Esta política traz, em seu plano operativo, a necessidade de produzir um planejamento que efetive a promoção de equidade tendo em vista o contexto de vulnerabilidade vivenciado pelos segmentos LGBTI+, na luta contra a desigualdade e contribuindo para o cuidado com a saúde integral dessa população. Para tanto, é preciso afirmar a diversidade através do enfrentamento de quaisquer formas de preconceito e discriminação nos serviços de saúde, contribuindo para a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS) como um sistema de cobertura universal, integral e equitativo. A PNSI-LGBT intenta garantir e ampliar o acesso da população LGBTI+ aos serviços de saúde, da atenção primária à de alta complexidade, e ratifica a necessidade de qualificação do corpo técnico para lidar com as demandas de saúde de acordo com as especificidades de cada segmento compreendido pela sigla. Partindo, portanto, das propostas contidas nessa política evidencia-se a importância em realizar ações de capacitação profissional orientadas à população sexo-diversa na Atenção Primária em Saúde. Este trabalho teve como objetivo propiciar um espaço de discussão com profissionais de uma Unidade de Estratégia de Saúde da Família sobre o cuidado em saúde direcionado à população LGBTI+ no serviço.



Materiais e métodos

A atividade partiu de uma proposta advinda de um profissional que atua em uma equipe de uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Vitória da Conquista - Ba sobre a saúde da população LGBTI+. Foi realizada uma roda de conversa com a equipe da unidade, facilitada por participantes do grupo de estudos "Gênero, sexualidade, políticas e cuidado em saúde" e do grupo de pesquisa "SER - Sexualidade: Ressignificar e resistir", ambos em andamento na Universidade Federal da Bahia - IMS/CAT. A atividade partiu de um roteiro que presumia três momentos: a exposição de conceitos, problematização da temática e por fim um espaço de discussão.

A dinâmica proposta ocorreu através de uma distribuição de placas escritas aos profissionais com terminologias referentes à diversidade sexual e de gênero como, por exemplo, identidade de gênero, orientação sexual, homossexual, lésbica, bissexual, transexual, mulher cis, mulher trans, dentre outras. Cada profissional deveria tentar explicar o significado da terminologia recebida e depois colocá-la nas classificações de "Orientação sexual" ou "Identidade de gênero". Por fim, foi realizada uma exposição e discussão sobre as temáticas através das experiências dos profissionais de saúde com a população LGBTI+ e apresentados os dispositivos legais que amparam o direito à saúde da população em questão. A atividade durou duas horas e contou com a presença de vinte profissionais da unidade, além dos membros dos grupos de pesquisa e extensão da UFBA.

Resultados e discussão

Percebeu-se que há um grande desconhecimento por parte dos profissionais de saúde sobre o significado das terminologias referentes a sexo/gênero, além do preconceito e discriminação referente a orientação sexual e identidade de gênero claramente observada a partir de algumas atitudes dos profissionais participantes da reunião como a recusa em participar da dinâmica, falas que revelam discriminação a pessoas trans relacionadas a experiências prévias ao lidar com o público trans dentro do serviço e nas vivências além da atuação no trabalho.



Observou-se também a dificuldade dos profissionais em pensar fora da “coerência” sexo-gênero, principalmente quando se trata de pessoas transexuais. Houve uma certa confusão na compreensão de “homens trans” e “mulher trans”, ao passo que as pessoas que responderam interpretaram de forma invertida as identidades de gênero apresentadas. O homem transexual é o indivíduo que reivindica o reconhecimento social e legal como homem e a mulher transexual é a pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. O que determina a condição transexual é a como as pessoas se identificam e não um procedimento cirúrgico ou a presença ou não de um determinado órgão genital². Essa tendência revela o caráter determinista e biológico presente nas questões de gênero e sexo, que sempre associa o sexo biológico a papéis e comportamentos masculinos ou femininos.³

Outro ponto interessante durante a atividade foi referente ao respeito ao uso do nome social, no qual foram levantadas várias questões sobre a dificuldade de preencher na ficha de cadastro o nome social e entender o processo de construção das identidades trans. De acordo com Silva et al⁴, o nome escolhido por travestis e pessoas transexuais faz parte do processo de readequação de gênero. A presença do campo de nome social nos documentos e prontuários e o respeito dos profissionais de saúde ao adotarem o nome de escolha do usuário, impede que o constrangimento pelo desrespeito o uso do nome social seja um bloqueio para o acesso aos serviços e ratifica o compromisso do SUS em garantir universalidade e equidade, a observância aos direitos do usuário e o estímulo a cultura de respeito às diversidades.

Outras demandas em saúde da população LGBTQIA+ foram discutidas e expostas nesse encontro como necessidade de reflexão sobre nossas práticas de forma permanente enquanto profissionais de saúde, sobre as possíveis mudanças na dinâmica da unidade no acolhimento desse público em campanhas específicas como Outubro Rosa e o Novembro Azul, sobre o preventivo ou consultas ginecológicas em homem trans e mulheres lésbicas, sobre o exame da próstata em mulheres trans e travestis, sobre demandas que são comuns (hipertensão, diabetes, entre outros).

Em relação às demandas específicas falamos sobre o silicone industrial, sobre a necessidade de fazer algumas ações preventivas para evitar complicações do seu uso. Fornecimento de orientações em relação ao processo transexualizador instituído através da Portaria GM nº 2.803 de 19 de novembro de 2013⁵. Discutimos



sobre a não-existência de fluxos de cuidados dessas demandas específicas e da necessidade de viabilizar essas demandas e de visibilizar quantitativamente essa população no bairro e da elaboração desses fluxos assistenciais.

Pode-se perceber pelos relatos dos profissionais que o público LGBTI+ é uma realidade no cotidiano da USF Patagônia na qual há uma população significativa de travestis e mulheres trans e que era frequente o atendimento dessas pessoas nesse ambiente no qual as usuárias sempre eram direcionadas para o centro especializado de HIV/IST do município, o que revela estigma relacionado à vulnerabilidade ao HIV/IST desse público⁶.

Considerações finais

A partir dessa vivência, conclui-se que é necessário investir na sensibilização dos profissionais de saúde para temática das demandas referente a saúde integral LGBTI+, investindo no eixo 03 da política de saúde LGBT a partir treinamentos e capacitações das equipes de saúde em todos os níveis de atenção, além fortalecer a competência cultural para o acolhimento adequado sem discriminação e atento as identidades de gênero e orientações sexuais.

Conflitos de interesse

Declaramos não haver nenhum conflito de interesse.

Referências

1. Ministério da Saúde. Política Nacional Saúde Lésbicas Gays. 2013; Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf.
2. Jesus JG de. Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos. 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989



3. da Silva LKM, Da Silva ALMA, Coelho AA, Martiniano CS. Uso do nome social no Sistema Único: De Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Physis*. 2017;27(3).
4. S. Senkevics A, Z. Polidoro J. Corpo, gênero e ciência: na interface entre biologia e sociedade. *Rev da Biol*. 2012;9(1):16–21.
5. Rocon PC, Sodré F, Rodrigues A. Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. *Rev Katálysis*. 2016;19(2):260–9.
6. Magno L, Silva LAV da, Veras MA, Pereira-Santos M, Dourado I. Estigma e discriminação relacionados à identidade de gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero: revisão sistemática. *Cad Saude Publica*. 2019;35(4).